

Credores negam acordo para dar empréstimo ao Brasil

WASHINGTON — Membros da comissão de bancos privados que representam os credores estrangeiros do Brasil negaram ontem que tivessem feito qualquer reunião para discutir uma proposta ao governo Sarney a fim de evitar o rebaixamento da classificação da dívida do país. "É uma invenção de jornalistas muito criadores", disse Peter Turner, um vice-presidente do Lloyd's Bank. "Isso é uma bobagem", afirmou John Morris, do Morgan Guarantee. Jornalistas cariocas e paulistas haviam informado que numa reunião secreta os bancos credores haviam decidido propor um empréstimo ao Brasil equivalente ao montante de juros não pagos desde o início da moratória.

Ao dissecarem os diversos elementos das notícias que classificaram sem fundamento, os banqueiros esclareceram que "vamos primeiro ouvir a proposta que o governo brasileiro vai fazer no próximo dia 25 para depois analisá-la e, se for o caso, aceitá-la, rejeitá-la ou fazer contra-propostas". Eles acrescentaram que "todas as reuniões quase diárias que fazemos para discutir a dívida de vários países latino-americanos são secretas. Portanto, dizer que fizemos uma reunião secreta não é exatamente uma novidade".

Outras fontes lembraram que desde o início da crise da dívida os bancos não têm feito outra coisa senão estender novos empréstimos para governos latino-americanos em dificuldades para pagar juros. "Fazer isso em relação ao Brasil,

agora, também não teria nada de novo", afirmou um banqueiro. Porta-vozes dos credores ressaltam que estão dispostos a considerar com flexibilidade a principal reivindicação do governo Sarney para as próximas negociações — empréstimo de 7,2 bilhões de dólares, para que o Brasil não precise desembolsar nenhum dinheiro para pagar os juros vencidos desde março deste ano e os que forem vencer em 1988. "Isso convém a nós e também ao Brasil e por isso não vemos nenhuma dificuldade especial para concordar", afirmou um funcionário do Citibank, que descreveu as vantagens para os dois lados: "Dessa forma o Brasil normalizaria suas relações com os credores e os bancos não precisarão desviar dinheiro de seu capital para aumentar reservas a fim de enfrentar prejuízos".

Um alto funcionário de um dos maiores credores estrangeiros do Brasil disse que, embora os bancos estejam acompanhando com interesse as notícias sobre as propostas que o governo Sarney fará no fim do mês, não têm perdido a calma com declarações de funcionários de segundo escalão pouco afeitos às negociações internacionais. Com isso ele negou importância, por exemplo, à ameaça de suspensão dos pagamentos dos juros da dívida a curto prazo, feita e depois retirada por um assessor do ministro da Fazenda. "Não acreditamos que o governo brasileiro queira dar um tiro em sua própria perna. Não faria sentido", afirmou a mesma fonte.